



OLIMPO ENGENHARIA
CNPJ: 23.920.055/0001-15.
Avenida Historiador Rubens de Mendonça, 1856,
Bosque da Saúde, Cep: 78050-000, Cuiabá-MT.
licitacoes@olimpoengenharia.com.br
Tel. 65 3027-4585 / 65 99981-8418

AO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARAPUTANGA - MT

AO AGENTE DE CONTRATAÇÃO RESPONSÁVEL

À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES PÚBLICAS

REFERENTE: TOMADA DE PREÇO Nº. 012/2023

FERREIRA E CIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ nº 23.920.055/0001-15, com sede a Avenida Historiador Rubens de Mendonça nº 1856, Bosque da Saúde, Cuiabá-MT, CEP: 78050-000, Telefone: (65) 3028-4200, E-mail: juridicos.mep@gmail.com; docsassessoria@gmail.com, vem através deste, neste ato representado por sua procuradora, Sra. Priscila Consani das Mercês Oliveira, brasileira, casada, advogada, portadora da cédula de Identidade RG nº 10.616.831-8/SSP-PR, inscrita no CPF nº 075.082.869-28 e portadora da carteira profissional OAB/MT 18.569-B, com escritório profissional na Avenida Miguel Sutil nº 8388, sala 1005, 10º andar, Bairro Santa Rosa, na cidade de Cuiabá, estado do Mato Grosso vem respeitosamente perante vossa senhoria, apresentar as suas **RAZÕES DE RECURSO**, frente a decisão que concedeu prazo de 5 dias a empresa **R. S. DE SOUSA**, enviar documento a comprovar sua regularidade fiscal, pelas razões de fato e direito a seguir expostos:

I – DA TEMPESTIVIDADE

Do Edital em seu item 13.1.:

13.1. Os recursos que devem ser fundamentados, permitido apenas aos licitantes, deverão ser encaminhados ao Prefeito Municipal, através da AGENTE DE CONTRATAÇÃO E EQUIPE DE CONTRATAÇÃO, **dentro previsto no prazo do art. 109 da Lei nº. 8.666/93**, de Segunda à Sexta-feira, das 07h às 11h e das 13h às 17h, para o endereço especificado no preâmbulo deste edital.

Data da publicação do julgamento e início do prazo de recurso: 15/01/2024

Data máxima para apresentação das razões de recurso: 22/01/2024

Data da apresentação: 22/01/2024

Portanto, tem-se a presente peça como **tempestiva**, devendo ser recebida, apreciada e julgada em conformidade com os ditames processuais e princípios licitatórios.

II – DOS FATOS E DO DIREITO

Trata-se de licitação na modalidade Tomada de Preços nº 012/2023, onde a Prefeitura Municipal de Araputanga, tem como objetivo a “Contratação de Pessoa Jurídica para Execução da Obra de Construção de Portal de Entrada da Cidade no Município de Araputanga/MT, conforme Contrato de Repasse nº 914521/2021/MTUR/CAIXA, tendo em vista que a Tomada de Preços nº 002/2023, foi rescindida por descumprimento contratual da empresa vencedora, tudo conforme projeto básico: desenhos (plantas), memorial descritivo, planilhas orçamentárias (ANEXO I) e demais anexos deste edital, que dele são partes integrantes, independentemente de sua transcrição.”.

Após a abertura dos envelopes e o julgamento pela Comissão Permanente de Licitação, a empresa R. S. DE SOUSA foi declarada HABILITADA para certame. Ocorre que, tal habilitação se deu de forma indevida, ora que, foram encontradas as seguintes irregularidades:

- Não apresentou Ato constitutivo e alterações subsequentes, **ou** contrato consolidado, conforme exigido no item 9.1.2, alínea "c)" do Edital, uma vez que, inseriu na plataforma apenas uma alteração contratual que não está consolidada.

Sabe-se, a documentação de habilitação deve ser apresentada até o dia e horário de abertura da sessão de licitação, logo, qualquer documento inserido posteriormente, não deve ser aceito. Vejam o que estabelece o Edital:

1.2. A documentação de CREDENCIAMENTO e os envelopes contendo a **DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO** E PROPOSTA **deverão ser entregues** na sala de licitação, localizada na Rua Antenor Mamedes, nº. 911, centro, no município de Araputanga, Estado de Mato Grosso, **até às 13h00min do dia 20/12/2023.**

Diante do exposto, não há outra forma de resguardar os direitos da Recorrente quanto ao tratamento isonômico e legal, onde a empresa R. S. DE SOUSA possa ser inabilitada frente ao descumprimento das cláusulas do Edital.

III – DO DIREITO

III.I – DA AUSÊNCIA DE ATO CONSTITUTIVO E ALTERAÇÕES SUBSEQUENTES, OU CONTRATO CONSOLIDADO.

O Edital exige para fins de **Habilitação jurídica**, o que se segue:

9.1.2. Habilitação Jurídica:

[...]

c) Ato constitutivo e alterações subsequentes, ou contrato consolidado, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; ou,

d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

Em análise aos documentos acostados no sistema, verificou-se que a empresa Recorrida apresentou ALTERAÇÃO CONTRATUAL sob o número 2730820, registrado na Junta Comercial de Mato Grosso no dia 28/03/2023.

Ocorre que, tal **alteração contratual não é consolidada**, ou seja, as cláusulas e condições estabelecidas em atos já arquivados e que não foram expressamente modificados por esta alteração continuam em vigor.

Percebe-se, portanto, que a alteração contratual acima indicada deveria ter sido apresentada junto com o Ato constitutivo, já que não se trata de contrato consolidado conforme determina o item 9.1.2, alínea "c)" do Edital, o qual não deixa dúvidas acerca da exigência da apresentação de todas as alterações do ato constitutivo ou da consolidação respectiva, que não foi cumprido pela Recorrida.

De uma maneira geral, entende-se que para suprir as exigências, deve a Administração Pública exigir dos licitantes a apresentação do ato constitutivo originário com todas as suas alterações posteriores, **ou do ato constitutivo devidamente consolidado que consubstancia todas as alterações ocorridas até então.**

Em recente decisão do **Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso**, publicado em **21/07/2023**, preferida pelo Relator Waldir Júlio

Teis, concretizou o entendimento da importância de demonstrar a última alteração contratual, veja:

5. Da conclusão do Relator

[...]

38. **Urge salientar que a alteração de endereço em um contrato social acarreta a necessidade de alteração de diversos outros documentos como Certidão de Débitos Gerais e Alvará Sanitários, que também foram apresentados com o endereço que consta no penúltimo contrato social[15], ou seja, as documentações apresentadas estão em desacordo com a versão mais recente do contrato social da empresa representante.**

39. Assim, não há que se falar em mero formalismo por parte da Pregoeira da SEMA visto que o item 19.6 do edital estabelece que: “É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, sendo vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública”.

(Julgamento RNE 71.694-4/2021, publicado em 21/07/2023, Rel. Waldir Júlio Teis)

Inclusive, esse é o entendimento que se extrai da Cartilha de Licitações e Contratos elaborada pelo Tribunal de Contas da União:

“No exame da documentação relativa à habilitação jurídica devem ser observadas as normas que regulam e legitimam a atividade de pessoas físicas ou jurídicas. A documentação exigida, conforme o caso, consistirá em:

- cédula de identidade;
- registro comercial, no caso de empresa individual;
- ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado; estatuto social das sociedades por ações, regidas pela Lei nº 6.404/1976, deve estar acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores; · para ser considerado em vigor, deve observar as exigências previstas em lei, dentre as quais estar cumulativamente:
 - registrado na junta comercial; · publicado na imprensa oficial da União, ou do Estado, ou do Distrito Federal, conforme o lugar em que esteja situada a sede da companhia;
 - publicado em jornal de grande circulação editado na localidade em que está situada a sede da companhia; · inscrição do ato constitutivo, quanto a sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

· Ato constitutivo ou contrato social das demais sociedades devem estar acompanhados de todas as alterações efetuadas ou da consolidação respectiva.”

Ressalta-se que a empresa Recorrente não concorda com

a manutenção da habilitação da empresa R. S. DE SOUSA, é evidente que a empresa Recorrente está sendo totalmente prejudicada frente a decisão do Órgão. Ainda se tem o fato do prejuízo causado a Administração Pública, ora que, o descarado descumprimento da Lei e do Edital favorecendo empresa particular em destruição aos princípios da legalidade, isonomia, vinculação ao edital, imparcialidade, julgamento objetivo e SEGURANÇA JURIDICA.

Na licitação não basta apenas ter o menor preço, ou seja, o real objetivo de uma licitação não é somente classificar a proposta monetariamente mais vantajosa. A licitação é um processo completo, que envolve diversas fases e fatores, todas de igual importância e não se limita apenas a análise dos preços apresentados. Para lograr êxito, o licitante deve completar as exigências em todas as fases, caso isso não ocorra, deve ser: não credenciado, desclassificado ou **inabilitado**.

No tocante à inabilitação, o Edital prevê que será inabilitada a empresa que deixar de apresentar qualquer dos documentos requeridos:

12.7. Será inabilitada a empresa que: a) deixar de apresentar qualquer dos documentos requeridos neste edital, que apresentar documento com defeito e desde que o vício não possa ser sanado pela Agente de contratação e equipe de contratação;

O Edital é claro ao EXIGIR quais documentos deveriam ser apresentados, pois, se os mesmos não são necessários, por qual motivo elencar uma série de documentos de habilitação se os mesmos não serão seguidos e observados?!

Outrossim, conforme já narrado, todos os documentos deveriam ter sido anexados até a data e o horário estabelecidos conforme item 1.2. do Edital, e, portanto, nenhum documento diverso agora pode ser aceito, ora que, vai se tratar de inserção de documentos novos!

O Tribunal de Contas da União também emitiu algumas decisões acerca de documentos faltantes, ora que, para os mesmos, alegam que não pode e nem deve ser alterado o que está disposto no art. 26 do Decreto Federal nº 10024/2019, vejamos abaixo:

“c.1) a **inserção posterior de informações** relativas à declaração da relação de compromissos assumidos, afirmando que 1/12 (um doze avos) do valor total dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada, vigentes na data da sessão pública de abertura do Pregão não seria superior ao patrimônio líquido do licitante, enviada originalmente em branco, **afronta o art. 47 do Decreto 10.024/2019, bem como a cláusula 22.4 do edital, que autorizavam o Pregoeiro responsável pelo certame apenas a sanar erros ou falhas que não alterassem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mas não inserir informações que deveriam constar dos documentos originários apresentados para o fim de habilitação;** (ACÓRDÃO DE RELAÇÃO 113/2021 – PLENÁRIO)’

“1.7.1.2. **habilitação irregular da licitante Emilson C Oliveira Santos Locação de Mão de Obra Eireli, uma vez que foram considerados documentos enviados pela empresa após o início da sessão pública para fins de atendimento às exigências** contidas nos itens 8.7.5.3 e 8.8.5 do edital do certame, em violação ao disposto nos itens 8.3 e 8.16 do edital e no art. 26, caput e § 9º, do Decreto 10.024/2019 c/c o art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993. ([ACÓRDÃO DE RELAÇÃO 1628/2021 - SEGUNDA CÂMARA](#))’

“1.7.1.2. **aceitação pela pregoeira, após concluída a fase de lances, dos documentos de habilitação da empresa Nort Sat Telecomunicações Ltda., que deveriam ter sido originalmente anexados pela licitante no sistema Comprasnet, concomitantemente com a proposta comercial, em desacordo com o art. 26, caput, do Decreto 10.024/2019 e com o item 5.1 do Edital do certame).** ([ACÓRDÃO DE RELAÇÃO 3658/2021 - PRIMEIRA CÂMARA](#))”

Portanto, em que pese a decisão da Agente de Contratação, esta não merece prosperar, pois, verifica-se pelas razões descritas no presente Recurso, bem como, nas exigências do Edital de licitação em referência, que a Licitante R. S. DE SOUSA não trouxe a documentação essencial, conforme determina e prevê **o item 9.1.2, alínea "c)" do Edital.**



OLIMPO ENGENHARIA

CNPJ: 23.920.055/0001-15.

Avenida Historiador Rubens de Mendonça, 1856,

Bosque da Saúde, Cep: 78050-000, Cuiabá-MT.

licitacoes@olimpoengenharia.com.br

Tel. 65 3027-4585 / 65 99981-8418

Desta feita, a decisão da Agente de Contratação necessita ser modificada, haja vista, que as exigências contidas no Edital são plenamente cabíveis e encontram acolhimento na legislação vigente e seus princípios. Dentre as principais garantias, pode-se destacar a vinculação da Administração ao Edital que regulamenta o certame licitatório. Trata-se de uma segurança para o licitante e para o interesse público, extraída do princípio do procedimento formal, que determina à Administração que observe as regras por ela própria lançadas no instrumento que convoca e rege a licitação.

Sobre o tema, igual orientação pode ser encontrada na jurisprudência pátria, senão vejamos:

“EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCORRÊNCIA PÚBLICA. PROPOSTA FINANCEIRA SEM ASSINATURA. DESCLASSIFICAÇÃO. PRINCÍPIOS DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E DO JULGAMENTO OBJETIVO. 1. Se o licitante apresenta sua proposta financeira sem assinatura ou rubrica, resta caracterizada, pela apocrifia, a inexistência do documento. 2. **Impõe-se, pelos princípios da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, a desclassificação do licitante que não observou exigência prescrita no edital de concorrência.** 3. A observância ao princípio constitucional da preponderância da proposta mais vantajosa para o Poder Público se dá mediante o cotejo das propostas válidas apresentadas pelos concorrentes, não havendo como incluir na avaliação a oferta eivada de nulidade. 4. É imprescindível a assinatura ou rubrica do licitante na sua proposta financeira, sob pena de a Administração não poder exigir-lhe o cumprimento da obrigação a que se sujeitou. 5. Negado provimento ao recurso.” (STF - RMS 23640/DF) (Grifo nosso)

“EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - PROCEDIMENTO LICITATÓRIO - MICROEMPRESA OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO/FINANCEIRA - EXIGÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL - PREVISÃO EXPRESSA NO EDITAL-RECURSO NÃO PROVIDO. - A dispensa de obrigatoriedade de formular o balanço patrimonial para MEs e EPPs optantes pelo Simples Nacional é para fins fiscais e não se estende necessariamente para outros cenários - **O princípio da vinculação ao edital regulamenta o certame licitatório e é princípio administrativo que prevê que a Administração Pública deve respeitar as regras previamente estabelecidas no instrumento que convoca e rege a licitação, como**



OLIMPO ENGENHARIA

CNPJ: 23.920.055/0001-15.

Avenida Historiador Rubens de Mendonça, 1856,

Bosque da Saúde, Cep: 78050-000, Cuiabá-MT.

licitacoes@olimpoengenharia.com.br

Tel. 65 3027-4585 / 65 99981-8418

medida de garantia e de segurança jurídica a ela e aos licitantes -Não sendo questionado o ato administrativo, a tempo e modo, é de se concluir que a empresa anuiu com as regras do Edital, restando preclusa a oportunidade do licitante de questionar suas cláusulas e de apresentar novos documentos. (TJ-MG - AC 10000170604367002 MG, Relator: Belizário de Lacerda, Data de julgamento: 28/09/2021, Câmaras Cíveis / 7ª Câmara cível, data da publicação: 08/10/2021)". (Grifo nosso)

O Órgão precisa se vincular ao que era exigido no instrumento convocatório, e em caso de cumprimento das cláusulas, deve declarar a empresa habilitada, cabe observar o disposto na Lei Federal nº 8.666/93:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os **princípios básicos** da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da **vinculação ao instrumento convocatório**, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

(..)

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

A Administração, ao constatar tais erros, **deve sempre rever seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornem ilegais**, é o que determina as Súmulas 346 e 473 do Supremo Tribunal Federal:

Súmula 346. "(...) **a administração pode declarar nulidade de seus próprios atos**"

Súmula 473. "(...) a **administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais**, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial."

Conclui-se, assim, a fim de que todos **os princípios** do ato de licitar sejam respeitados, principalmente o da **vinculação ao instrumento convocatório e legalidade**, é imprescindível que a empresa seja **inabilitada**,



OLIMPO ENGENHARIA
CNPJ: 23.920.055/0001-15.
Avenida Historiador Rubens de Mendonça, 1856,
Bosque da Saúde, Cep: 78050-000, Cuiabá-MT.
licitacoes@olimpoengenharia.com.br
Tel. 65 3027-4585 / 65 99981-8418

tendo em vista que, **não cumpriu com todas as cláusulas do Edital.**

IV – DOS PEDIDOS

Requer que o presente **RECURSO ADMINISTRATIVO** seja recebido, conhecido e julgado **TOTALMENTE PROCEDENTE**, com fins de que a empresa R. S. DE SOUSA;

- a) Seja **INABILITADA**, ora que, não apresentou Ato constitutivo e alterações subsequentes, ou contrato consolidado, conforme exigido no **item 9.1.2, alínea "c)" do Edital**, uma vez que, apresentou apenas uma alteração contratual que não está consolidada.
- b) Caso não seja de convicção deste Agente de Contratação, seja o presente Recurso Administrativo encaminhado para o Jurídico para fins de parecer, e ao final seja encaminhado a autoridade superior competente para fins de análise e julgamento final.

Estes são os termos,
Pede deferimento.

Cuiabá/MT, 22 de janeiro de 2024.

PRISCILA CONSANI DAS MERCÊS
OAB/MT 18569-B
Procuradora